



Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: cartografia de controvérsias sobre a tentativa de desfazimento do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares

Structural racism, epistemology of ignorance and the productivity of colonial discourse: the cartography of controversies in the attempt to dismantle Fundação Cultural Palmares' bibliographic collection

Maria Aparecida Moura ^{a,*} 

RESUMO: Neste artigo, foram sistematizados os conceitos de racismo estrutural, epistemologia da ignorância e produtividade do discurso colonial. Posteriormente, a partir de análise de conteúdos, elaborou-se uma cartografia de controvérsias, envolvendo diferentes atores sociais no contexto da publicação do relatório técnico “Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”. À luz do quadro teórico adotado, analisou-se um conjunto de controvérsias sociais, derivadas da publicação do relatório técnico, com o objetivo de compreender, em termos empíricos, a produtividade, a permanência e os limites do discurso colonial em espaços de produção e circulação do conhecimento. Concluiu-se que a assunção da epistemologia da ignorância em espaços de organização e difusão do conhecimento pode propiciar um ambiente dogmático e, por extensão, validar justificações epistêmicas parciais que tendem a negar os efeitos da desigualdade cumulativa e da gestão unilateral dos registros da memória.

Palavras-chave: Epistemologia da ignorância; Discurso Colonial; Racismo Estrutural; Cartografia de Controvérsias.

ABSTRACT: In this article, the concepts of structural racism, epistemology of ignorance and productivity of colonial discourse is systematized. Subsequently, based on content analysis, a cartography of controversies was elaborated, in the context involving various social actors with the publication of the technical report titled “Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”. In resonance with the adopted theoretical framework, a set of social controversies, derived from this aforementioned technical report, was analyzed with the aim of understanding its productivity in, as well as, the permanence and limits of the colonial discourse in knowledge production and circulation spaces, in empirical terms. We hereby conclude that the adoption of the epistemology of ignorance in spaces of knowledge organization and dissemination may consolidate a dogmatic environment and, to this extent, validate partial epistemic justifications that tend to deny the effects of cumulative inequality and unilateral management of memory records.

Keywords: Epistemology of Ignorance; Colonial Discourse; Structural Racism; Cartography of Controversies.

^a Escola de Ciência da Informação, Universidade dos Direitos Humanos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Maria Aparecida Moura. Endereço: Escola de Ciência da Informação - ECI/UFMG - Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901. E-mail: mamoura@ufmg.br, cidamoura@gmail.com.

Recebido em/Received: 06/07/2021; Aprovado em/Approved: 23/08/2021.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

A relativa diversificação dos atores sociais à frente de processos de produção e circulação do conhecimento, em diferentes espaços de poder, tornou-se a oportunidade para confrontar controvertidos regimes de verdades. Isso resulta em disputas de narrativas sobre os prejuízos sócio-históricos decorrentes da parcialidade, da violência e da rarefação deliberada de sujeitos, histórias e agendas observadas na economia do discurso colonial.

Para Verges (2020, p. 38-39),

O sistema contra o qual lutamos relegou à inexistência saberes científicos, estéticos e categorias inteiras de seres humanos. Este mundo europeu nunca conseguiu ser hegemônico, mas ele se apropriou, sem hesitar e sem se envergonhar, de saberes, estéticos, técnicas e filosofias de povos que ele subjugava e cuja civilização ele negava. Nosso combate se posiciona claramente contra a política do roubo justificado, legitimado e praticado sob os auspícios ainda vivos de uma missão civilizatória.

O reconhecimento do caráter estrutural do racismo e de suas repercussões no campo da Ciência da Informação exige que suas lógicas sejam compreendidas como marcas coloniais de assujeitamento reiteradas no arranjo colonial e funcionalista que marca o conhecimento produzido.

A produtividade do discurso colonial pode ser percebida em diferentes áreas do conhecimento, na medida em que busca instituir a fixação de certas alteridades em *scripts* semióticos normatizados por repertórios discursivos de poder e dominação.

Nesta esfera, o discurso colonial,

É um aparato que se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para “povos sujeitos” através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer. Ele busca a legitimação para suas estratégias através da produção de conhecimento do colonizador e do colonizado que são estereotipados mas avaliados antiteticamente. O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. (BHABHA, 2003, p. 111)

A epistemologia da ignorância é um projeto epistêmico orientado à manutenção da branquitude como valor universal no contexto da produção e circulação do conhecimento. Trata-se, conforme Alcoff (2007, p. 39), de uma prática de conhecimento substantiva em que se articulam normas cognitivas, privilégio estrutural e identidades situadas. Conforme aponta a autora, a ignorância é estrutural e fruto de sistemas renitentes de opressão, atuando como um dos seus principais efeitos. Na

epistemologia da ignorância, situam-se identidades, a localização social do sujeito e os modos de formação da crença.

A ignorância é organizada em torno de situações epistêmicas, não podendo ser considerada uma falta, pois consolida-se por meio de práticas de conhecimento inculcadas como ignorância sistêmica. Nessa circunstância, o racismo aparece como um produto subjetivo de padrões perceptuais que, ao associar a ignorância a certos grupos identitários, projeta distorções.

Mills (1997), citado por Alcoff (2007, p. 49), sugere que a branquitude, mais que uma categoria étnica, é uma construção política em que os brancos pertencem a um território de fantasia racial regido por uma espécie de alucinação consensual. Trata-se, pois, de uma disfunção cognitiva pactuada que requer a compreensão de seus elementos e suas operações.

Acredita-se que tanto a produtividade do discurso colonial quanto a naturalização da epistemologia da ignorância, como projetos de conhecimento, produzem justificações normativas e sintaxes de esquecimento que tendem a tornar naturais os procedimentos de despossessão de saberes, a reiteração de signos e a priorização cultural orientada à branquitude.

No Brasil, em pleno século XXI, entrou em vigor um projeto sistemático de desmonte e deslegitimação do conhecimento e dos equipamentos culturais voltados a confrontar a epistemologia da ignorância como violência cultural institucionalizada a partir do acesso público à informação. O exemplo mais acabado deste projeto é o relatório técnico “Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”, publicação oficial da Fundação Cultural Palmares, lançado em formato digital em 11/06/2021 e coordenado por Marco Frenette, do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC).

No documento, a atual gestão da Fundação Palmares, por intermédio de seu corpo técnico, apresentou justificativas ortodoxas para o desmonte do equipamento cultural público, mediante a realização de sindicância no patrimônio bibliográfico da instituição, pautada em critérios alheios à literatura científica e técnica, que deveria orientar a tomada de decisão. A ação política terminou por gerar um *index* da literatura autorizada sobre a temática racial a ser mantida pela Instituição e a condenar cerca de 80% do acervo, sob o argumento de tratar-se de documentação que promove o aparelhamento ideológico da biblioteca.

Neste artigo, busca-se identificar os vínculos entre racismo estrutural, produtividade do discurso colonial e epistemologia da ignorância, bem como os desdobramentos semióticos e políticos desses conceitos no tratamento empírico dado ao episódio de desbaste e desfazimento institucional do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares, previsto no relatório técnico produzido pelo CNIRC em junho de 2021.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo realizado levou em conta algumas concepções teóricas consideradas pertinentes para descrição e análise do prolongamento da colonialidade e seus dispositivos de pregnância em contextos dedicados à produção e à circulação do conhecimento. Para tanto, sistematizaram-se os conceitos de epistemologia da ignorância, racismo estrutural e produtividade do discurso colonial.

Na segunda etapa, considerou-se a controvérsia produzida em torno da publicação do relatório técnico “Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”, elaborado sob a coordenação de Marco Frenette, atual coordenador do CNIRC. Nesse sentido, optou-se pela realização de análise de conteúdo para a identificação e a extração dos elementos necessários à composição de uma cartografia de controvérsias.

A cartografia de controvérsias é uma metodologia de pesquisa interdisciplinar que permite mapear e delinear uma situação controversa de modo dinâmico com base em elementos e relações heterogêneas. A cartografia pode ser organizada a partir da identificação dos atores sociais envolvidos (humanos e não humanos), seus discursos, suas conexões em redes, os elementos ideológicos e a tecnopolítica que perpassa a situação controversa.

De acordo com Venturini (2010), a estruturação de uma cartografia de controvérsia deve incluir a articulação de um glossário dos elementos de contexto, a indicação dos pontos em desacordo, uma lista dos discursos e das opiniões que integram a controvérsia, uma cronologia, um quadro de atores e grupos, um conjunto de documentos referentes ao processo em análise, uma mostra dos contextos e dos obstáculos existentes entre os grupos antagonistas e a identificação dos espaços de discussão e negociação da situação controvérsia.

Na terceira etapa, foi realizado o mapeamento da controvérsia, considerando os elementos do glossário de contexto aplicados aos discursos e opiniões envolvendo a controvérsia, a saber: relatório técnico da Equipe do CNIRC/Fundação Palmares (FRENETTE, 2021), parecer técnico sobre o expurgo de livros da Fundação Cultural Palmares elaborado por Ana Virgínia Pinheiro (PINHEIRO, 2021), nota de repúdio do Conselho Federal de Biblioteconomia (MIRANDA, 2021), nota pública da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros em defesa do Legado negro: Biblioteca da Fundação Cultural Palmares (REDE DE HISTORIADORAS NEGRAS E HISTORIADORES NEGROS, 2021) e Decisão da Ação Popular nº 5006660-67.2021.4.02.5117/RJ (BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio de Janeiro. 2ª Vara Federal de São Gonçalo, 2021). Na última etapa, a cartografia de controvérsias foi analisada à luz do quadro teórico sistematizado na fase inicial.

RACISMO ESTRUTURAL, EPISTEMOLOGIA DA IGNORÂNCIA E A PRODUTIVIDADE DO DISCURSO COLONIAL

A compreensão do racismo em sua dimensão estrutural nos permite avançar rumo ao entendimento sobre o modo como suas ramificações se articulam em torno da normalização de um projeto de poder no campo do conhecimento.

Almeida (2020) enfatiza que o racismo tem caráter sistêmico e, como poder, ultrapassa as ações individuais ao se manifestar nos contextos institucionais como um projeto de dominação mais difuso e longo assimilado como ordem social, que se realiza por intermédio de regramentos formais ou assimilados tacitamente.

Por não se tratar de uma ação isolada, é possível observar seus desdobramentos estruturais nas relações sociais, políticas e econômicas, na medida em que atua como vetor de naturalização da desigualdade pautado na racialização do confronto e do privilégio.

Para o autor, o processo histórico pode explicar, em parte, a renitência estrutural do racismo, além de tornar evidentes os padrões hierárquicos adotados na definição dos grupos discriminados.

As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da *civilização*. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os *primitivos*, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou *colonialismo*. (ALMEIDA, 2020,p.26-27)

O traço escravocrata da sociedade brasileira também pode explicar a permanência do racismo estrutural que marca as relações sociais. Observa-se que os resquícios da violência e da desumanização oriundas do processo de colonização e da escravidão, como modelos de exploração, não se apagaram por documentos jurídicos, sendo antes, a manifestação cabal das estruturas do capitalismo na modernidade.

Segundo Mbembe (2013, p. 37), no continente americano a fabricação do assunto raça inicia-se ao longo do século XVII, com foco na destituição cívica, que tem como consequência o processo de construção da incapacidade jurídica articulada pela codificação escravagista, o que torna o negro um não sujeito.

Decorre de tais mecanismos a dualidade na compreensão da ordem mundial, fundada no mito de superioridade racial. Nesses termos, demarca-se a invenção dos bons costumes, a moral pública, a religião, os rituais, a diplomacia como valores eurocêntricos.

Decorre daí o primado sistêmico do altericídio, uma concepção que se dirige àqueles considerados como desprovidos de universalidade. Para Mbembe (2013, p. 21), o conceito encerra uma neurose fóbica obsessiva que funciona como uma prática de manejar o terror em relação a existências objetificadas e que compreende

O outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total.

A rejeição dos escravizados ao território da vida vegetal limitada constitui elemento fantasmagórico estruturante do discurso fundado no dualismo inaugural que norteia a codificação hierarquizada das raças e que, ao fim e ao cabo, corrobora o biopoder.

Para Foucault (2018), o conceito de biopoder envolve uma dimensão biológica, de Estado e de manutenção do capitalismo, pela articulação ortogonal da disciplina e da normalização. Decorre desse entendimento a possibilidade de observarmos os vínculos da biopolítica como uma tecnologia e seus desdobramentos no controle da vida e da morte como uma instância da necropolítica orquestrada pelo Estado e do controle sexual dos corpos como aparatos orientados à produção.

A perversidade e a produtividade do discurso colonial ocorrem em uma seara semiótica demarcada por continuidades, cortes e rupturas históricas deliberadas. Conforme assinala Mbembe, “nessas pias batismais da nossa modernidade”,

A linguagem transformou-se num fabuloso mecanismo cuja força vem simultaneamente de sua vulgaridade, de um formidável poder de violação e de sua proliferação erradia. Ainda hoje e quando se trata destas duas marcas, a palavra nem sempre representa a coisa; o verdadeiro e o falso tornam-se indissociáveis e a significação do signo não é necessariamente a mais adequada à coisa significada. Não foi só o signo que substituiu a coisa. Muitas vezes, a palavra ou a imagem têm pouco a dizer sobre o mundo objetivo. O mundo das palavras e dos signos autonomizou-se a tal ponto que não se tornou apenas a tela para a apreensão do sujeito e das condições de sua produção, mas uma força em si, capaz de se libertar de qualquer vínculo com a realidade. A razão disso pode ser atribuída em grande medida à lei da raça. (MBEMBE, 2018, p. 32)

Neste âmbito, constata-se que o discurso colonial é ambivalente, conforme assinala Bhabha (2003), pois estimula a imaginação colonizada a atuar por mímica – um acordo irônico do colonizado com a matriz que o projeta em um sonho permanente de pertencer a uma civilização pós-iluminista. Nesse sentido, o colonizado é percebido como uma mimese colonial defeituosa que se mantém no lugar representacional parcial do “quase”, visto que a sua atuação, pela via da repetição, faz dele um objeto na cadeia de comando colonialista.

A mímica emerge como representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa. A mímica é, assim, o signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regulação e disciplina que se “apropria” do Outro ao visualizar o poder. A mímica é

também o signo do inapropriado, porém uma diferença ou recalitrância que ordena a função estratégica dominante do poder colonial, intensifica a vigilância e coloca uma ameaça imanente tanto para os saberes “normalizados” quanto para os poderes disciplinares. (BHABHA, 2003, p. 130)

Todavia, a ambivalência da imitação é também prenhe de contradições, pois a incompletude degenerada do sujeito colonizado, quase autêntico, pode levar ao questionamento do discurso de autoridade encenado. Observa-se, então, um *gap* (cultural, racial e histórico) permanente na atuação do mímico, que o afasta e interdita da irmanação original pretendida. Nesses termos, reter e defender a norma colonial e sua cultura fetichizada não se constituem como passe livre à matriz.

Decorre desses desenhos a possibilidade de esquadrihar os paradoxos do universalismo ocidental e das mímicas narcísicas locais que, embora fragilizadas, buscam atualizar-se como signo ultramarino na economia discursiva colonial.

A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES E O RECORTE RACIAL

A Fundação Cultural Palmares (FCP), criada no Governo de José Sarney em 21 de março de 1988, sob decreto federal, Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, é uma resposta governamental às reivindicações do movimento social negro brasileiro que, à época, questionava sistematicamente a violência dirigida aos povos racializados no Brasil e a incapacidade do Estado de prover políticas públicas mais consequentes que pudessem fazer face ao problema.

Na ocasião, o presidente José Sarney, em pronunciamento realizado na abertura do Centenário da abolição da escravidão, anunciou a criação da Fundação Cultural Palmares, destacou o seu escopo de atuação e desafios como uma possibilidade de resposta da nação brasileira ao longo período de sequestro, violência e escravidão compulsória a que os negros foram submetidos na *terra brasilis*.

Há muito a comunidade negra do Brasil reivindica a criação de um espaço institucional que sirva de apoio à emergência das lideranças negras e à **redescoberta da verdadeira consciência do Brasil**. A Fundação dos Palmares, que estamos criando, resgatará esta consciência. Ano passado, quando discutíamos com o senhor Ministro da Cultura de que maneira devíamos comemorar o Centenário da Abolição, lembrei-lhe de que devíamos marcar a data com o órgão que servisse permanentemente de apoio para a ascensão social da raça negra no Brasil. E sugeri e acordamos a criação de uma fundação que se chamará de Fundação Palmares, que irá apoiar as inteligências, as lideranças e as consciências que se formarem na raça negra no Brasil para que, dentro de poucos anos, nós tenhamos formado no País um contingente da raça negra que possa atuar em todos os setores do Brasil. [...] Folgo em proclamar que o Centenário da Abolição vale também como exemplo. Exemplo que oferecemos à alvorada do novo século, como um complemento de maturidade política que propiciou o advento das novas nações africanas, superando os equívocos do colonialismo extemporâneo. Estamos diante do homem negro como expressão de civilização e

de cultura. Consciente de seu valor e de seu papel. De sua experiência e de seu espírito de luta. De sua significação e de sua importância. De sua solidariedade e de seu arrojo. (BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. José Sarney, 1988, p. 123-125)

Vinculada ao Ministério da Cultura, a Fundação Cultural Palmares organiza-se em torno de ações e projetos que buscam promover a igualdade racial, valorizar, preservar e difundir a história e o patrimônio cultural negro brasileiro, reconhecer a diversidade cultural brasileira e as contribuições da população negra na constituição do país.

A Fundação conta com um conselho curador, diretorias e os setores de atuação finalística – Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA), Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira (DEP) e o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC) –, que planejam e executam a política institucional da Fundação.

No âmbito do escopo de suas atribuições, é da competência da Fundação a emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral, bem como o apoio à produção e à circulação de produções científicas e culturais elaboradas no contexto da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-Brasileira no ensino.

Ao longo dos seus 33 anos, a FCP contou com a presença de diferentes lideranças negras que contribuíram para que a Fundação, em diálogo com a sociedade, pudesse cumprir sua missão institucional de promoção da igualdade racial no país.

Tabela 1. Presidentes da Fundação Cultural Palmares.

Ano	Presidência	Atuação
1988-1990 2000-2003	Carlos Alves Moura	<p>Implantação da Fundação Cultural Palmares.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização do II Seminário internacional rota do escravo, em parceria com a Unesco e o Ministério das Relações Exteriores; - Apoio a pequenos projetos no âmbito da cultura afro-brasileira em todos os estados brasileiros; - Participação brasileira na Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em 2001, em Durban – África do Sul.
1990-1994	Adão Ventura	Continuidade dos trabalhos da gestão anterior.
1994-1996	Joel Rufino dos Santos	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de relação mais próxima com as comunidades remanescentes de quilombos e início dos trabalhos de reconhecimento dessas comunidades; - Realização das celebrações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, ocorridas em União dos Palmares (Alagoas).
1996-2000	Dulce Maria Pereira	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do Seminário Internacional “Rota do Escravo”, em parceria com a Unesco e Ministério das Relações Exteriores; - Realização de pré-conferências em todo o território nacional para preparação do documento brasileiro levado à Conferência da ONU contra o Racismo e a Xenofobia; - Participação na I Conferência de mulheres da CPLP sobre gênero, cultura, acesso ao poder, participação política e desenvolvimento, realizada na Bahia no ano 2000.
2003-2007	Ubiratan Castro de Araújo	Realização da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, ocorrida em Salvador-BA, em 2006, com a presença de 16 chefes de Estado da diáspora e do Continente Africano.
2007-2010	Zulu Araújo	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de representações regionais da Palmares; - Implantação de um programa amplo e democrático de apoio a projetos culturais em todo o território nacional, por meio de editais de fomento à cultura; - Realização do II Encontro Afro-latino, em Salvador-BA, em 2010; - Implantação do Observatório afro-latino; - Gestão do Portfólio de Perfis de Projetos Culturais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; - Promoção de debates e edição de material sobre a política de ações afirmativas;

2011-2012	Elói Ferreira de Araujo	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do Projeto Pró-Capoeira nos Estados de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul; - Certificação de 323 Comunidades de Remanescentes Quilombolas que perfazem hoje o total de 2.052 comunidades certificadas; - Quilombo Cultural – convênio firmado com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para identificar e mapear as comunidades quilombolas; - Edital para implementação de núcleos de Formação de Agentes de Cultura de Juventude Negra (NUFAC), em nove Estados brasileiros; - Edital do Concurso Nacional de Pesquisa sobre Cultura Afro-brasileira; - Seminários de Cultura Negra; - Início das obras de recuperação da Serra da Barriga.
2013-2015	José Hilton Santos Almeida	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de 23% no número de certificações das comunidades quilombolas em comparação com os anos anteriores; - Atuação nas negociações sobre o terreno e construção do conceito do Museu Nacional da Memória Afro-Brasileira (MNMAfro); - Construção do Plano Setorial para a Cultura Afro-brasileira; - Editais: criação do 1º edital Imagens da Memória, realização do edital NUFAC 2013 e da 3ª edição do Ideias Criativas; criação do Prêmio de Culturas Afro-brasileiras e realização das 2ª e 3ª edições do Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras. - Início do censo cultural das manifestações afro-brasileiras nos estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
2016-2019	Vanderlei Lourenço	Foi coordenador-geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra da FCP no período de 2014-2018.
2019-presente	Sérgio Nascimento de Camargo ¹	No dia 10 de março de 2020, Camargo extinguiu sete órgãos colegiados (o Comitê Gestor do Parque Memorial Quilombo dos Palmares; a Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial; o Comitê de Governança; o Comitê de Dados Abertos; a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável; a Comissão Especial de Inventário e de Desfazimento de Bens e o Comitê de Segurança da Informação) e revogou atos de nomeação dos integrantes desses comitês e comissões.

Fonte: Fundação Cultural Palmares.

Nas últimas décadas, em que pese o recrudescimento do racismo estrutural, em sua versão digital e em rede no Brasil e no mundo, a Fundação Cultural Palmares contribui sistematicamente na incorporação da temática racial na agenda pública. Nesse sentido, juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

¹ Devido à ausência de informações no site da FSP sobre a atuação da atual gestão, foi necessário buscá-las em outras fontes. Nesse tópico, adotou-se o verbete dedicado ao presidente Sérgio Nascimento na Wikipédia conforme link: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Camargo.

SEPPPIR (2003-2015) promoveu avanços significativos no enfrentamento das marcas da colonização e da escravidão negra no Brasil.

Entretanto, em 2019, a nomeação do jornalista Sérgio Nascimento de Camargo, como presidente da Fundação Cultural Palmares, foi atravessada por inúmeras polêmicas e envolveu um confronto direto com as organizações sociais negras.

Nesse período, intensificaram-se as ofensas e medidas unilaterais de redução da presença e monitoramento público na Fundação Cultural Palmares.

Em 10 de março de 2020, Sérgio Camargo extinguiu, por meio da Portaria n.º 45 de 02 de março de 2020, diversos órgãos colegiados pertencentes à Fundação Cultural Palmares, sendo estes: o Comitê Gestor do Parque Memorial Quilombo dos Palmares; a Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial; o Comitê de Governança; o Comitê de Dados Abertos; a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável; a Comissão Especial de Inventário e de Desfazimento de Bens, e o Comitê de Segurança da Informação. (Coalizão Negra por Direitos, 2021)

Entre as medidas que também ocasionaram controvérsias por parte de Sérgio Nascimento de Camargo, está a proposta de alteração dos critérios adotados para a composição de lista de personalidades negras, disponibilizada no sítio de Internet da FCP, em novembro de 2020, e a que envolve a proposta de retirada do machado de Xangô da composição do símbolo da instituição, em 28 de maio de 2021.

A TENTATIVA DE DESFAZIMENTO DO ACERVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES: CONTROVÉRSIAS

Em 11 de junho de 2021, foi publicado pela Fundação Cultural Palmares o relatório técnico “Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”, elaborado sob a coordenação de Marco Frenette, atual coordenador do Centro de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC).

O relatório técnico, organizado em seis partes, estabelecia a premissa de que o acervo da Fundação Cultural Palmares não cumpre a sua função por estar defasado e inserir documentação alheia ao escopo institucional. Nas palavras do presidente da instituição, no contexto de apresentação do relatório,

Infelizmente, no lugar de grandiosidade, temos um acervo defasado e brutalmente parcial, uma vez que totalmente engajado nas lutas da esquerda e completamente alheio à realidade do negro brasileiro. É um acervo contrário às finalidades da Instituição. Todas as pessoas de bem ficarão chocadas ao descobrir que uma Instituição mantida com o dinheiro dos impostos, sob o pretexto de defender o negro, abriga, protege e louva um conjunto de obras pautadas pela revolução sexual, pela sexualização de crianças, pela bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha. (FRENETTE, 2021)

Em entrevista concedida à Rádio Brado FM da Bahia, o Coordenador do Centro de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC) e do relatório técnico, Marco Frenette, salientou os critérios adotados no novo arranjo do material.

Cabe ressaltar, nesse contexto, que Marco Frenette havia sido anteriormente preterido do comando da Secretaria Especial da Cultura por declarações conservadoras e defesa do nazismo em pronunciamento público.

O que eu encontrei lá junto com a minha equipe, foi uma escola de delinquência em cima do marxismo cultural, são centenas de obras sobre Marx. Vários livros do capital em português, francês, espanhol. Muito material dos partidos de esquerda, PT, PSOL, PCdoB. Não há quase nada ali que honre a missão da Fundação Palmares que é divulgar a cultura de matriz negra. Na prática era isso, uma escola de delinquência marxista. Como a gente conhece o funcionamento da máfia esquerdista, a gente não esperava nada diferente. Esse material a gente já considera nosso ex-acervo. (Jornalista “Graças a Deus”) O que foi feito na Palmares, foi feito e deve ser replicado em outras instâncias do governo para fazer que respeite a sua missão. (FRENETTE, 2021)²

A primeira parte do relatório, “Síntese do conteúdo”, apresenta um resumo das constatações que orientaram as decisões tomadas pela FCP em relação ao expurgo do acervo pretendido. Entre as razões estão indicadas:

Não cumpre sua missão institucional; É a reprodução de uma mentalidade revolucionária e alheia à realidade do negro, usando-o como massa de manobra; Não forma pessoas devotadas ao trabalho, ao crescimento pessoal e ao respeito ao próximo, mas militantes e revolucionários; Contém material totalmente desviante da missão institucional, tais como os de cunho sexualizador, bandidólatra, revolucionário e de guerrilha, além de obras bizarras sobre os mais diversos temas, tais como discos voadores, viagens astrais e lobisomens; É estancado nos anos 1970 e 1980, sem a presença de obras fundamentais à temática negra lançadas nos últimos 30 anos; É inadequado para fins educacionais, uma vez que, além de desatualizado do ponto de vista do atual estágio da produção do conhecimento, é anterior à reforma gramatical que passou a ser aplicada parcialmente em 2009 e total e obrigatoriamente a partir de 2016. (FRENETTE, 2021, p. 8)

A parte dois, “Metodologia e Leis”, indica o método adotado pela equipe na conformação do novo arranjo para o acervo. De acordo com os proponentes, no período de 1988 (Criação da FCP) até 2019 (início do mandato de Camargo), houve um desvio de propósito na estrutura do acervo que se afasta das concepções, que devem orientar suas ações, a saber: preservação, integração,

² BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. O novo acervo FCP respeitará sua Missão Institucional. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=57890>>.

produção e divulgação. Segundo o autor, as concepções basilares foram substituídas pelas seguintes:

“Divisão racial” (incentivo ao negro para viver apartado dos brasileiros brancos);

“Luta” (entendendo a missão da Palmares como uma guerra constante contra todos os brancos);

“Guerrilha” (entendendo os métodos marxistas e revolucionários como caminhos aceitáveis e necessários);

“Resistência” (colocando a problemática negra como um infundável resistir contra os brancos). (FRENETTE, 2021, p. 12)

Na parte três, “Origem da biblioteca da Palmares”, apresenta-se um breve histórico da “Biblioteca Oliveira Silveira” e indica-se, sem apresentar argumentação plausível, que a composição do acervo desconsidera a produção de “grandes negros brasileiros”.

A parte quatro, “O acervo imaginário”, argumenta que o acervo da FCP é defasado e desvirtuado em seus propósitos institucionais por não corresponder, em termos numéricos e qualitativos, às informações divulgadas.

Na parte cinco, “O acervo real”, caracteriza-se, em linhas gerais, o acervo da biblioteca e apresentam-se argumentos sobre o desvio de propósitos institucionais revelados nas temáticas privilegiadas.

No léxico adotado para se referir aos temas que ferem os propósitos da instituição encontram-se as categorias: “sexualização de crianças; ideologia de gênero; pornografia e erotismo; manuais de guerrilha; manuais de greve; manuais de revolução; bandidolatria; bizarras” (FRENETTE, 2021, p. 26).

No documento, contudo, não são apresentados os critérios adotados na consolidação da categorização considerada exótica em relação às orientações das áreas de conhecimento que tratam da questão em termos científicos, culturais e técnicos.

Na parte seis, “Defasagem e obsolescência do acervo”, argumenta-se sobre a defasagem do acervo, o desserviço que ele ofereceria aos usuários devido à desatualização linguística e à datação dos itens.

A parte sete, “Escola Marxista”, apresenta crítica ao fato de o acervo conter publicações orientadas politicamente à esquerda, que revelariam, nos termos da autoria, intromissão partidária e delinquência.

Finalmente, na parte oito, “Material comprobatório”, apresentam-se as 14 categorias em que o acervo foi organizado, denominadas “Comprovação do Pensamento Delinquencial”, a saber: iconografia delinquencial; iconografia sexual; intromissão partidária; livros com selos da Palmares; sexualização de crianças; pornografia juvenil; técnicas de vitimização; palavras-chave do acervo; livros esdrúxulos e destoantes;

livros eróticos, pornográficos e “pedagógicos”; livros de/e sobre Karl Marx; livros de/e sobre Lênin e Stalin; material obsoleto; processo de triagem – Equipe CNIRC. A categorização indicativa apresenta uma série de imagens ilustrativas de sua aplicação no acervo da FCP.

A estrutura do relatório técnico, as categorizações ideológicas assinaladas e a indicação unilateral de reorientação do acervo e expurgo, indicados como tomada de decisão a ser adotada na instituição pública, tiveram grande repercussão entre profissionais de informação, pesquisadores, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa, conselhos profissionais, entre outros.

Nos dias que se seguiram à publicação, houve grande impacto na imprensa e nas redes sociais com a consequente geração de relatórios, notas de repúdio, debates e ações populares que tiveram como objetivo informar a sociedade sobre o alcance das medidas sinalizadas no documento. A principal motivação dos impactos ocasionados foi a indicação de que o modelo adotado na FCP poderia ser estendido a outros órgãos ligados ao poder público. Tal perspectiva foi compreendida como ameaça, ingerência e censura em relação à composição e à manutenção dos acervos públicos brasileiros.

A Rede de Historiadores Negros deu início a uma série de debates *on-line* em torno da temática “Em defesa do legado negro: Biblioteca da Fundação Cultural Palmares”. No primeiro debate,³ realizado em 25 de junho de 2021, estiveram presentes três ex-presidentes da Fundação – Carlos Alves Moura (1988-1990 e 2000-2003), Zulu Araújo (2007-2010) e Hilton Cobra (2013/2015) –, que destacaram a importância do acervo e da instituição como um patrimônio cultural da luta antirracista no Brasil.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, por meio de seu presidente, emitiu nota de repúdio ao relatório, assinalando que:

O Conselho Federal de Biblioteconomia repudia a decisão da Fundação Palmares de eliminar parte de seu acervo bibliográfico, ignorando, para isso, os critérios técnicos e científicos da Biblioteconomia e dos princípios que regem a Administração Pública.

Embora valendo-se do intitulado “Retrato do Acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”, tal documento não se caracteriza como uma política de desenvolvimento de coleções, o que seria esperado de qualquer biblioteca, particularmente se vinculada a um ente federativo.

Afora a ausência da participação de bibliotecários e da comunidade servida em sua elaboração, o documento supracitado estabelece

³ Rede de Historiadores Negros e historiadoras negras. Em defesa do legado negro: Biblioteca da Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=suRZprl45AQ>. Acesso em 18.ago.2021.

critérios pessoais, insólitos e descabidos, o que pode gerar lesividade ao patrimônio bibliográfico do País.

Ao pretender justificar a eliminação do acervo construído pelas gestões anteriores valendo-se de uma linguagem depreciativa e infundada, a Fundação Palmares expõe a ingerência ideológica numa atividade que deveria primar pela técnica.

Ademais, a medida em questão se torna ainda mais gravosa por se tratar de uma biblioteca financiada com dinheiro público, submetida, portanto, aos princípios da indisponibilidade do interesse público pelos administradores do Estado, bem como o da impessoalidade, que devem afastar de seu seio afinidades ou animosidades políticas ou ideológicas.

Este Conselho Federal permanecerá atento em sua missão de garantir bibliotecas acessíveis e plurais, combatendo, assim, toda forma de discriminação e ignorância. (MIRANDA, 2021)⁴

A pesquisadora Pinheiro (2021) emitiu, em 12 de junho de 2021, o “Parecer técnico sobre o expurgo de livros da Fundação Cultural Palmares”, no qual ponderou sobre a ausência de critérios técnico-científicos compatíveis aos adotados na literatura científica da Biblioteconomia no que se refere à categorização do acervo e à política e critérios adotados para a formação e o desenvolvimento de coleções bibliográficas.

Segundo Pinheiro (2021), essas atividades

Devem ser alicerçados em literatura específica, técnica e especializada, baseados em princípios bibliométricos e princípios regulados por diagnósticos do estado da arte da coleção, tipologia documental predominante, estudos de uso e da comunidade a ser servida, recursos que podem ser disponibilizados por instituições parceiras, estratégias de desbaste, além da formalização de critérios como a importância do autor, a contribuição da obra, a qualidade do exemplar, o contexto cultural da edição, o índice de citações da obra em fontes bibliográficas e outros que, evidentemente, não constam do Relatório, onde sequer foi arrolada uma bibliografia consultada. (PINHEIRO, 2021, s.n.t.)

A Coalizão Negra por Direitos, “articulação de 200 organizações, coletivos e entidades do movimento negro e antirracista que atuam coletivamente na promoção de ações de incidência política à população negra brasileira”, ajuizou, em 16 de junho de 2021, uma ação civil pública com pedido de tutela de urgência junto às varas cíveis da justiça federal – seção judiciária de São Paulo –, com a finalidade de proteger o acervo cultural da população negra brasileira sob tutela da Fundação Cultural Palmares.

⁴MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. **Nota de repúdio**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia-CFB. Disponível em <<http://cfb.org.br.urlpreview.net/noticia/nota-de-repudio/>>. Acesso em 21.jul.2021

Em decisão conclusiva, o juiz Erik Navarro Wolkart, da 2ª Vara Federal de São Gonçalo, emitiu parecer favorável à ação popular proposta por Paulo Henrique Antonio Lima. Na síntese conclusiva, o juiz indicou que “a parte ré, não promova a doação dos livros, folhetos, folders e catálogos pertencentes à Fundação Palmares, sob pena de multa pessoal de R\$ 500,00 pela doação de cada item, além das demais consequências cíveis e criminais decorrentes do descumprimento de ordem judicial” (BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio de Janeiro. 2ª Vara Federal de São Gonçalo, 2021)

Para o Juiz Erik Navarro Wolkart,

Por mais que eventualmente, e na visão da Fundação ou de seu principal dirigente, não haja uma correlação direta entre a finalidade da referida Instituição e os livros apontados (folhetos, folders e catálogos do seu acervo), o expurgo dos mesmos de maneira açodada, sem um amplo diálogo com a sociedade, que, ao fim e ao cabo, é a destinatária do material, pode representar prejuízo irreparável. Até porque a multiplicidade de pensamentos, ideias e opiniões, ainda que diametralmente opostas, serve para a construção de uma sociedade reflexiva, plural, questionadora e inclusiva, cabendo a cada leitor examinar tudo e reter o que entender pertinente, após uma análise crítica a respeito. Livros e escritos pertencem mais a quem os lê do que aos próprios autores ou detentores dos volumes. Para tanto, o livre acesso à vasta coleção de obras parece fundamental. Como é sabido, a livre expressão da atividade intelectual é direito individual constitucional (art. 5º, IX, da CRFB/88). Sem acesso ao resultado dessa atividade, para nada serve esse direito. A liberdade de expressão, por lógica, inclui a possibilidade de impactar, de influenciar. (BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio de Janeiro. 2ª Vara Federal de São Gonçalo, 2021)

A disputa de narrativas entre as partes envolvidas na controvérsia e a síntese conclusiva, emitida por autoridade jurídica estabelecida, permitiram que a sociedade brasileira tivesse a oportunidade de tomar conhecimento dos elementos constitutivos do debate. A seguir, sistematizam-se os principais elementos que formaram a cartografia de controvérsias sobre o relatório produzido pela equipe técnica do CNIRC/Fundação Palmares, sob a coordenação de Marco Frenette.

A cartografia de controvérsias produzida tomou como referência o período de 11 a 30 de junho de 2021 e levou em consideração a disputa de narrativas estabelecida entre os atores sociais vinculados à Fundação Palmares e a sociedade em geral, com foco especial na repercussão e desfecho dado ao caso no âmbito da justiça federal. Com base na documentação produzida e selecionada, constituiu-se um glossário dos elementos de contexto, que foram selecionados a partir dos discursos gerados no processo. O glossário foi organizado em: 1 - relatório técnico do CNIRC/Fundação Palmares, 2 - Ações públicas, parecer técnico, nota de repúdio, nota pública e despacho

2ª Vara Federal de São Gonçalo. Em seguida, identificaram -se os obstáculos entre os grupos antagonistas. Os obstáculos foram organizados em: desbastamento e desfazimento de acervo público baseado em orientação ideológica e exótica a princípios teóricos e técnicos e censura ideológica em acervo público. Em um terceiro momento, identificaram-se os espaços de discussão e negociação da situação controversa que, devido a pandemia do COVID 19, foram organizados do seguinte modo: redes sociais, imprensa, debates públicos em espaços virtuais, ato virtual em defesa da Fundação Palmares, Justiça Federal do Rio de Janeiro (segunda vara Federal de São Gonçalo), Varas cíveis da justiça federal – seção judiciária de São Paulo.

Tabela 2. Cartografia de controvérsias.

Elementos da cartografia	Controvérsias
Glossário dos elementos de contexto⁵	<ul style="list-style-type: none"> ● dominação marxista, (1) ● acervo defasado e brutalmente parcial, (1) ● revolução sexual, (1) ● sexualização de crianças, (1) ● bandidolatria, (1) ● bizarras, (1) ● material de estudo das revoluções marxistas, (1) ● subversão do estado democrático de direito, (1) ● pregação da violência como meio político, (1) ● incentivo à delinquência revolucionária, (1) ● Acervo imaginário, (1) ● vivendo no passado, (1) ● vitimização, (1) ● ato lesivo ao patrimônio público, (2) ● censura, (2) ● prejuízo irreparável, (2) ● cruzada ideológica, (2)

⁵ Os termos que constituem o glossário de elementos de contexto foram selecionados a partir do conteúdo discursivo da documentação gerada no processo, assim organizados: 1 - relatório técnico do CNIRC/Fundação Palmares, 2 - Ações públicas, parecer técnico, nota de repúdio, nota pública e despacho 2ª Vara Federal de São Gonçalo.

	<ul style="list-style-type: none"> • tutela de urgência, (2) • desvio da finalidade protetiva (2) • expurgo açodado, (2) • valor de procedência, (2) • “direitos coletivos da população negra brasileira à memória, à honra, à dignidade, e ao seu patrimônio intelectual, histórico e cultural”, (2) • “critérios ideológicos e características de guerra cultural”, (2) • “reconstrução da história intelectual do Brasil contemporâneo”, (2) • “prejuízo à multiplicidade de pensamentos, ideias e opiniões”, (2) • “testemunho de leituras e intenções de leituras que alicerçaram ideias e ações”, (2)
Pontos em desacordo	<ul style="list-style-type: none"> • Versão sobre suposta dominação marxista no acervo da Biblioteca da Fundação Cultural Palmares 1988-2019, • Expurgo açodado de patrimônio cultural público,
Discursos e opiniões envolvendo a controvérsia	<ul style="list-style-type: none"> • Versão da Equipe técnica do CNIRC/Fundação Palmares, • Parecer técnico sobre o expurgo de livros da Fundação Cultural Palmares (Ana Virgínia Pinheiro), • Nota de repúdio do Conselho Federal de Biblioteconomia, • Nota pública da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros em defesa do Legado negro: Biblioteca da Fundação Cultural Palmares, • Ação Popular nº 5006660-67.2021.4.02.5117/RJ, • Ação civil pública solicitada pela Coalizão Negra por Direitos.
Cronologia	<ul style="list-style-type: none"> • De 11 a 30 de junho de 2021.

Obstáculos entre os grupos antagonistas	<ul style="list-style-type: none"> ● Desbastamento e desfazimento de acervo público baseado em orientação ideológica e exótica a princípios teóricos e técnicos, ● Censura ideológica em acervo público,
Espaços de discussão e negociação	<ul style="list-style-type: none"> ● Redes sociais, ● Imprensa, ● Debates públicos, ● Ato virtual em defesa da Fundação Palmares, ● Justiça Federal do Rio de Janeiro (segunda vara Federal de São Gonçalo), ● Varas cíveis da justiça federal – seção judiciária de São Paulo

Fonte: Dados da pesquisa.

A controvérsia envolvendo a publicização do relatório técnico estudado teve um desfecho jurídico em 23 de junho de 2021. Entretanto, como os dispositivos legais se abrem regularmente ao contraditório, novos elementos poderão se somar ao fluxo discursivo e documental prévio e ocasionar futuramente outros debates e decisões.

A análise de conteúdo, adotada na conformação da cartografia de controvérsias, tomou como ponto de referência inaugural o relatório técnico publicado e, posteriormente, incluiu a repercussão social dada ao caso e presente na imprensa, em redes sociais e nos documentos gerados por organizações da sociedade civil e nos dispositivos jurídicos produzidos, de modo que fosse possível o mapeamento, a descrição e a análise do fenômeno social.

Conforme assinala Bhabha (2003, p. 127),

O discurso racista estereotípico, em seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder. Algumas de suas práticas reconhecem a diferença de raça, cultura e história como sendo elaboradas por saberes estereotípicos, teorias raciais, experiência colonial administrativa e, sobre essa base, institucionaliza uma série de ideologias políticas e culturais que são preconceituosas, discriminatórias, vestigiais, arcaicas, “míticas”, e, o que é crucial, reconhecidas como tal. Ao “conhecer” a população nativa nesses termos, formas discriminatórias e autoritárias de controle político são consideradas apropriadas. A população colonizada é então tomada como a causa e o efeito do sistema, presa no círculo da interpretação.

Do ponto de vista do enfrentamento do racismo estrutural, que perpassa a controvérsia analisada, observou-se um amadurecimento sobre os princípios que

regem a defesa dos direitos sociais em uma dimensão pública, pois, diante da controvérsia, as organizações da sociedade civil e as representações profissionais acionaram a estrutura jurídica necessária, que pudesse coibir rapidamente os abusos de poder em relação ao patrimônio cultural.

Nesse sentido, a agilidade, o discernimento e a estrutura política das organizações sociais tornaram possível a identificação e o confronto do sistema de racionalidade que corrobora o racismo como ideologia na dinâmica das interações sociais.

Conforme reflete Almeida (2020, p.74),

A permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e a recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios.

Observou-se que a epistemologia da ignorância, uma interface cognitiva do racismo estrutural, revelou-se como norma de estabilização do discurso colonial. Contudo, essa estabilidade, com feições de verdade inarredável, passou a exigir, conforme assinala Mills (2018), que a ignorância branca também seja historicizada e estudada como um fenômeno cognitivo. Afinal, a naturalização de cadeias unilaterais de privilégios ou subordinações atribuídas respectivamente a brancos e negros tem produzido assimetrias epistêmicas, pois,

Frequentemente, por sua própria sobrevivência, negros têm sido forçados a se tornar antropólogos leigos, estudando a cultura, os costumes e a mentalidade estranha da “tribo branca” que tem tanto poder assustador sobre eles que, em certas épocas, podem até determinar sua vida ou morte por um capricho. (MILLS, 2018, p. 418)

Como foi possível observar na cartografia de controvérsia elaborada, a banalização da epistemologia da ignorância, assimilada como a realização plena da necropolítica em sua dimensão simbólica, pode dar margem à perpetuação da violência colonial em espaços de produção e circulação de conhecimento, tais como a biblioteca da Fundação Cultural Palmares.

CONCLUSÕES

A complexidade do discurso colonial, suas normativas ideológicas, dissimulações e ajustes epistêmicos têm exigido agilidade na identificação e/ou constituição de aparatos teóricos e dispositivos metodológicos robustos. Isso se deve, em grande medida, à necessidade de captar a dinâmica difusa e ambivalente da economia do discurso colonial, mantida como epistemologia da ignorância que ordena e projeta o racismo estrutural.

Nesse contexto, a elaboração da cartografia de controvérsias realizada apresentou-se como uma possibilidade metodológica por permitir a observação, o mapeamento e a análise de atores e discursos múltiplos e em tempo real.

O acompanhamento da cronologia da controvérsia e dos discursos em tempo real foi imprescindível, pois a agência dos ambientes digitais e a sua dinamicidade podem alterar sistematicamente o fenômeno e conformar novos *clusters* discursivos.

Por um lado, a *performance* dos propositores do relatório foi organizada para seduzir a opinião pública em uma regularidade discursiva, já experimentada com êxito em outros contextos. Para tanto, baseou-se em argumentos normativos e moralistas, contudo, desprovidos de sustentação teórica e empírica consistente.

Por outro lado, o prévio monitoramento e mapeamento do *modus operandi* dos propositores do relatório, percebidos em outras investidas de natureza simbólica já realizadas, permitiu que os seus opositores pudessem se organizar em rede e desmontar o ardil estereotípico manejado como moralidade pública.

Considera-se que, muito provavelmente, a arrogância epistêmica, o mal disfarçado racismo estrutural e a ilusão de personificação da norma, performada pela autoridade oficial, possibilitaram aos seus antagonistas antever a sobreposição funcional do discurso colonial em funcionamento e agir coletivamente no sentido de desmontá-lo.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são devidos ao CNPq, pelo apoio dado nas diferentes etapas do desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Epistemologies of Ignorance: Three Types. In: SULLIVAN, Shannon, TUANA, Nancy. *Race and epistemologies of ignorance*. Albany: State University of New York Press, 2007.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. José Sarney. *Abertura das comemorações do centenário da abolição da escravatura*. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 21 de março de 1988. p. 123-125 Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/23.pdf/view>. Acesso em 20.jun.2021.

BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio de Janeiro. 2ª Vara Federal de São Gonçalo. AÇÃO POPULAR Nº 5006660-67.2021.4.02.5117/RJ:Despacho/decisão. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/06/Decisao-contra-Censura-na-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em: 25. jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria N° 68, de 18 de setembro de 2009. Aprova o Regimento Interno da Fundação Cultural Palmares-FCP. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=106. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Fundação Cultural Palmares*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

SERGIO Camargos. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Camargo>. Acesso em: 18 ago. 2021.

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS. *Ação civil pública com pedido de tutela de urgência*. Disponível em: https://coalizaonegrapordireitos.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Coalizao-Negra-por-Direitos_ACP-Fundacao-Palmares_ManutencaoAcervo.pdf. Acesso em 20.jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FRENETTE, Marco. RETRATO do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2021. (Relatório Público 01 – CNIRC). Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/cnirc-01-gab-10-06-21.pdf>> Acesso em: 07 jun. 2021.

MBEMBE, Achille. *Critique de la raison nègre*. Paris: La Découverte, 2013.

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MILLS, Charles W. Ignorância branca. Tradução de Breno Ricardo Guimarães Santos. *Griot: Revista de Filosofia, Amargosa/Bahia*, v.17, n.1, p.413-438, jun.2018.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. *Nota de repúdio*. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia- CFB. Disponível em <<http://cfb.org.br.urlpreview.net/noticia/nota-de-repudio/>>. Acesso em 21.jul.2021

PINHEIRO, Ana Virgínia. *Parecer técnico sobre o expurgo de livros da Fundação Cultural Palmares*. Disponível em: https://biblioo.info/wp-content/uploads/2021/06/Parecer-tecnico_Ana-Virginia-Pinheiro.pdf. Acesso em 24.jun.2021.

REDE de Historiadores Negros e historiadoras negras. *Em defesa do legado negro*: Biblioteca da Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=suRZprl45AQ>. Acesso em 18.ago.2021.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understand. Sci.* v. 19, n. 3, 2010. p. 258–273. Available in: <http://spk.michael-flower.com/resources/DivingInMagma.pdf>. Acesso em: 20.05.2021.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. 1 ed. São Paulo: Ubu, 2020.